

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HÁVILA BORGES DE OLIVEIRA

**A QUESTÃO DA SEGURANÇA NA FRONTEIRA ENTRE TABATINGA (BRASIL) E
LETICIA (COLÔMBIA)**

DOURADOS-MS

2016

Hávila Borges De Oliveira

**A QUESTÃO DA SEGURANÇA NA FRONTEIRA ENTRE TABATINGA (BRASIL) E
LETICIA (COLÔMBIA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo.

Dourados-MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B732q Borges de Oliveira, Hávila

A QUESTÃO DA SEGURANÇA NA FRONTEIRA ENTRE TABATINGA
(BRASIL) E LETICIA (COLÔMBIA) / Hávila Borges de Oliveira -- Dourados:
UFGD, 2016.

49f. : il.; 30 cm.

Orientador: Marcos Leandro Mondardo

TCC (graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e
Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Segurança. 2. Integração regional. 3. Narcotráfico. 4. Cooperação
Fronteiriça. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UF
GD

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao vigésimo quinto dia do mês de abril de 2016, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **HÁVILA BORGES DE OLIVEIRA**, tendo como título **A QUESTÃO DA SEGURANÇA NA FRONTEIRA ENTRE TABATINGA (BRASIL) E LETICIA (COLÔMBIA)**.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Marcos Leandro Mondardo (orientador), Dr. Tomaz Espósito Neto (examinador) e Dr. Guillermo Alfredo Johnson (examinador).

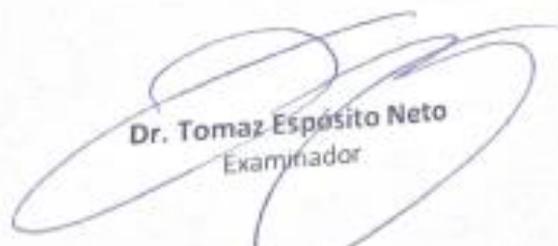
Após a apresentação e as observações das membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: APÊNDICE AS RECOMENDAÇÕES DA BANCA

Assinaturas:


Dr. Marcos Leandro Mondardo
Orientador


Dr. Tomaz Espósito Neto
Examinador


Dr. Guillermo Alfredo Johnson
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho à Deus, por me conceder a identidade de filha, pela oportunidade de viver, amadurecer e pela força durante toda esta caminhada.

À minha família, por acreditar e investir em mim. Mãe nos tornamos melhores amigas, seu amor e dedicação foi que deram a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança para continuar. Irmãos Willian e Uelber, foram companheiros essenciais nesse período. A todos familiares pelo apoio e carinho. Eu amo muito vocês.

À família Medina, obrigada pela base e por acreditar desde o início nesse sonho. À Rita, que além de amiga, irmã, conselheira e muitas vezes, foi uma segunda mãe. Minha eterna gratidão e amor, você me inspira. À Cibele, minha irmã caçula, aprendi tanto contigo e sem dúvida, manteremos essa amizade até nossa velhice (que você teme tanto, risos).

A todos os amigos, pelos momentos bons e ruins compartilhados, incentivos, apoio constante e noites em claro. Não consigo listar aqui as tantas amizades que fizeram parte dessa jornada.

Ao Curso de Relações Internacionais e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. Em especial, às melhores parceiras que me ensinaram tanto nesses anos: Patricia, Francielly e Alice (um dia vamos rir disso tudo em Paris). A produção compartilhada na comunhão com colegas na Universidade foi a melhor experiência da minha formação acadêmica. Aos professores que me acompanharam durante a graduação, pelo convívio e amizade, em especial aos Professores Henrique Sartori, Tomaz Espósito Neto e Guillermo Johnson. É um imenso prazer tê-los na banca examinadora.

Ao meu orientador, Marcos Leandro Mondardo, pela paciência e confiança que tornaram possível a conclusão desta fase. É um prazer ter tido a oportunidade de conhecer e aprender contigo. Deixo registrado aqui minha admiração por sua dedicação e competência.

À cidade de Dourados (com o céu mais lindo que já conheci) que aprendi a amar, pela experiência enriquecedora, pelos inesquecíveis e poéticos pores do sol. Por fim, a tudo e todos que de alguma forma colaboraram para realização desse sonho, que levarei sempre como aprendizado para vida. Meus sinceros agradecimentos.

A questão da segurança na fronteira entre Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)

The question of security on the border between Tabatinga (Brazil) and Leticia (Colombia)

RESUMO

As relações fronteiriças entre o Brasil e a Colômbia, ao longo do século XX, foram consideradas dissidentes devido à oscilação e instabilidade da segurança na fronteira que ocorre desde o processo turbulento de delimitação da fronteira Brasil- Colômbia por meio do Tratado de Bogotá em 1907. De um lado, a Colômbia estreitava suas relações com os Estados Unidos da América (EUA) por meio de acordos militares no combate às drogas deixando o Brasil receoso com essa influência enquanto por outro lado, o Brasil buscava expandir seu território e a Colômbia temia uma possível hegemonia brasileira. Sendo assim, tanto pelo ponto de vista geográfico quanto geopolítico e das relações internacionais, os laços entre ambos se tornaram distantes resultando em uma cooperação transfronteiriça tardia e destoante. Partindo desse pressuposto, buscou-se analisar o recorte na fronteira entre as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia) para compreender a dinâmica territorial na questão da (in) segurança decorrente do narcotráfico. A metodologia fundamenta-se em revisões bibliográficas relacionadas ao tema proposto, dados secundários em fontes estatísticas brasileiras e colombianas: jornais, meios oficiais de acesso à informação de ambos os governos analisados e releituras do contexto histórico dos municípios de Tabatinga e Leticia que permitiram apontar os desafios no processo de integração regional em torno da agenda de segurança na qual tem conduzido ambos os países a um estreitamento de suas relações bilaterais nos últimos anos. Dentre eles, destacamos dois dos principais acordos de cooperação que foram estabelecidos entre os governos do Brasil e da Colômbia e, que refletem diretamente na segurança da fronteira das cidades gêmeas de Tabatinga e Leticia.

Palavras-chaves: Segurança, integração regional, narcotráfico, cooperação fronteiriça.

ABSTRACT

The bordering relations between Brazil and Colombia throughout the 20th century were considered divergent due to the oscillation and instability of the security in the frontier, which happens since the tempestuous process of border delimitation of Brazil-Colombia by the Treaty of Bogotá in 1907. On one hand, Colombia narrowed its relations with the United States of America (USA) by military agreements on the drug combat, leaving Brazil afraid of this influence, while on the other hand, Brazil sought to expand its territory and Colombia feared a possible Brazilian hegemony. Therefore, as well as the geographic and geopolitical point of view and the international relations, the bond between both countries became remote, resulting in a tardy and irregular cross-border cooperation. Based on this assumption, it sought to analyze the trimming in the border between the twin cities Tabatinga (Brazil) and Leticia (Colombia) to comprehend the territory dynamic in matter of the (un) safety caused by drug trafficking. The methodology is based on bibliographical review related to the proposed theme, secondary data in Brazilian and Colombian statistical sources: newspapers, official ways of access to both governments information analyzed and reinterpretation of the historical background of Tabatinga e Leticia, which allowed pointing the challenges on the process of regional integration around the security agenda which has been conducting both countries in a narrowing of their bilateral relation in the last years. Among them, we emphasize two of the main agreements of cooperation that were established between the governments of Brazil and Colombia and reflect directly on the safety of the twin cities Tabatinga and Leticia borderline.

Key-words: Security, regional integration, drug trafficking, bordering relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
BBC	British Broadcasting Corporation- Brasil
CEE	Centro de Estudos Estratégicos
CRISIS	International Crisis Group
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística- Colômbia
ELN	Exército de Libertação Nacional da Colômbia
ESFRON	Estratégia de Fronteira do Governo do Estado do Amazonas
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FINCATA	Festival Interamericano da Cultura e Arte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul- americana
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PCC	Partido Comunista Colombiano
PIN	Plano de Integração Nacional
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPM	Serviço Pastoral dos Migrantes
SSP	Secretaria Segurança Pública
UNASUL	União das Nações Sul- americanas
TEC	Tarifa Externa Comum
TCSR	Teoria do Complexo de Segurança Regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: AS FRONTERAS E SEU PAPEL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	10
1.1: Cidades Gêmeas de Fronteira.....	12
1.2: Delimitação da Fronteira entre Brasil e Colômbia.....	13
1.3: TABATINGA (BRASIL) E LETICIA (COLÔMBIA): Dinâmicas políticas, econômicas, sociais e mobilidade populacional.....	16
1.3.3: Política e economia.....	16
1.3.2: Relações socioculturais fronteiriças: mobilidades populacionais.....	21
CAPÍTULO 2: A QUESTÃO DA SEGURANÇA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	24
2.1: Referencial teórico da Integração Regional.....	24
2.1.1: Teorias da Integração Regional.....	25
2.2: A retórica da Segurança.....	27
2.3: Conflito Armado na Colômbia.....	29
2.4: A questão da Segurança: Os principais acordos de cooperação na fronteira entre Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

O caminho percorrido para entender a relação fronteiriça entre Brasil e Colômbia pode ser analisado de múltiplas dimensões, partindo de um lento processo histórico que veremos posteriormente neste ensaio, devido à extensa área de fronteira com cerca de 1.645 km de linha limítrofe e sua ampla articulação internacional. Ao Norte a fronteira se estabelece na área que inclui territórios do Brasil, Colômbia juntamente com a Venezuela e ao Noroeste, Brasil e Colômbia se limitam com o Peru, denominada então de Tríplice Fronteira.

A população nessa faixa de fronteira foi basicamente formada por indígenas da etnia *curripaco* na qual se destaca os Ticunas, considerado o mais numeroso povo indígena da Amazônia. Mas, em consequência do processo de colonização lusocastelhana durante o século XVII que trouxe consigo a exploração do ouro, da borracha, couro e a coca foram gerados conflitos entre os indígenas, colonos, mineradores e grupos armados irregulares tanto brasileiros quanto colombianos. Os indígenas que viviam nessas regiões cercadas por vias fluviais formadas pelos Rios Solimões e Amazonas, devido à delimitação dos territórios nacionais foram pressionados a assumirem uma das três nacionalidades (brasileira, colombiana e ou peruana) (RAMÍREZ, 2009).

O presente trabalho propõe uma análise investigativa do recorte na fronteira entre as cidades Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) consideradas cidades gêmeas em seus aspectos políticos e econômicos. Porém, busca manter o objetivo centralizado à questão da segurança partindo da idéia do papel das fronteiras como uma fragmentação que definem interações diversas com ambos os lados (MESSIAS, 1992), tendo em vista o narcotráfico e o crime organizado como os atores transnacionais responsáveis pela instabilidade da segurança. A partir de então, pensar como a questão da segurança se desdobra com novas perspectivas de impulso no processo de integração regional no recorte espacial proposto.

As relações fronteiriças entre o Brasil e a Colômbia se sobressaem de um lento e histórico processo de convergências e avanços em matéria de cooperação internacional.

À medida que o Plano Colômbia¹ arriscava a internacionalização da Amazônia, o Brasil passou a redefinir sua segurança na tentativa de unir assuntos de política externa e defesa ao incluir tais temas nas suas agendas. Enquanto isso, a Colômbia receava um possível acordo do governo brasileiro com as Forças Armadas Revolucionárias (FARC) presentes no país, sem entender que o objetivo do Brasil era amenizar o problema das drogas na fronteira por meios de uma integração regional baseada em políticas públicas de defesa conjuntas entre as cidades gêmeas de Tabatinga e Leticia.

Sendo assim, o trabalho dividiu-se em três partes que dialoga com abordagens específicas de autores e dados permitindo uma compreensão significativa deste processo de integração entre o Brasil e Colômbia para as Relações Internacionais inseridos neste contexto. A primeira parte, para interpretação do contexto analisado, buscou-se discutir conceitos teóricos de fronteira e cidades gêmeas aplicando-se no processo histórico de consolidação da fronteira, entre Brasil e Colômbia, mas especificamente nas cidades de Tabatinga e Letícia. A segunda parte busca esclarecer as interfaces dessa relação fronteiriça nas cidades gêmeas do recorte tendo em vista suas assimetrias e dinâmicas políticas, sociais, econômicas que tem sido relevante para estreitamento na integração regional de ambos os Estados nacionais. A terceira parte por sua vez, traz uma abordagem dos conceitos teóricos que remetem à questão da segurança na fronteira como o conflito armado colombiano, o narcotráfico que refletem na dimensão das cidades gêmeas, com autores que dialogam conceitos de segurança internacional e integração regional no campo das Relações Internacionais, Ciência Política e da Geografia. Por fim, apontar os acordos bilaterais de segurança e defesa que vêm gerando impulsos para a integração regional nas cidades gêmeas analisadas baseadas nas perspectivas teóricas neoliberais²

¹O Plano Colômbia, criado pelo governo colombiano, é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional. A idéia original era substituir a produção de cocaína e papoula por atividades econômicas alternativas. Por intermédio de soluções negociadas com os diversos atores envolvidos, inclusive forças guerrilheiras, haveria um ambiente de distensão, de não-violência. Por ser o governo dos EUA a origem do principal financiamento do Plano Colômbia, este passou a ser confundido com o próprio pacote financeiro norte-americano (RIPPEL, 2004).

² Na visão neoliberal, Robert Keohane apresenta que as relações entre os Estados, sob a perspectiva de cooperação internacional, é um ato essencialmente político e que acontece por meio de interesses mútuos para sua realização (KEOHANE: 1984.66). Esse contexto de aproximação dos Estados em prol do desenvolvimento de atividades conjuntas, e em detrimento de ações únicas de proteção e segurança das fronteiras nacionais, propiciou uma mudança de postura dos países (SADECK, 2005).

CAPÍTULO 1: AS FRONTERAS E SEU PAPEL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

O tema das fronteiras dentro do campo de estudos das Relações Internacionais teve um início tardio diante de outras áreas de conhecimento como a Geografia, História, Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais. Porém, desde o fim das grandes Guerras Mundiais, tem sido alvo de inúmeros debates.

Dentre às discussões teóricas nas Relações Internacionais, as fronteiras são apontadas como um espaço natural de interação que se encaixa dentro do elemento territorial de um Estado, ou seja, um limite geográfico que finaliza a soberania de um país. Por se tratar de uma fração específica de um determinado território que se localiza na divisa entre dois Estados nacionais, é um ponto onde as relações entre tais Estados são mais triviais devido a esta característica geográfica (MURPHY, 1996).

As fronteiras têm seu papel fundamental não apenas como elemento de diferenciação ligada diretamente à soberania no processo de formação e consolidação dos Estados nacionais, mas também promove uma interação social por meio de inúmeras formas de intercâmbio e cooperação. A fronteira, em termos gerais, possui múltiplas dimensões tendo início na época da colonização, depois passando pelo período de independência até os dias de hoje. Com os efeitos da globalização, as fronteiras se expandiram para além dos limites territoriais, podendo assim ser descrita como espaço de construção de identidades no qual se pode analisar não só a história, mas também a geopolítica entre dois Estados nacionais sobre óticas distintas, mesmo sendo locais afastados geograficamente dos grandes centros urbanos desenvolvidos.

O sueco Kjéllen, um dos principais nomes da Geopolítica, em seu livro *O Estado como organismo vivo* (1916) defendeu que as fronteiras podem e são modificadas em todo momento durante a história, podendo ser comparada a epiderme de um ser vivo como uma separação do interno e externo, tornando-se um espaço territorial em transição. Com essa perspectiva, é possível repensar a fronteira como principal mecanismo para intensificar contatos mútuos que sofre uma fragmentação permitindo uma convivência de características físicas, políticas e sociais distintas tanto positivas quanto negativas de ambos os lados, conforme afirma COSTA:

O papel das fronteiras como elementos de fragmentação de associações a nível local, por mais arbitrários e rígidos que sejam esses limites, os grupos fronteiriços, independentemente de suas nacionalidades, tendem a manter vivos os laços que possuíam com os lugares e a cultura de origem definindo assim, interações de todo tipo com ambos os lados particularmente separados(COSTA, 1992, p.157).

As fronteiras podem ser observadas como espaços físicos e geográficos que distinguem as afirmadas identidades coletivas encontradas nesses territórios específicos, além de servir como defesa de ameaças vindas de territórios vizinhos (BENTO, 2013), podendo se estender à idéia de uma invenção cultural de comunidades antigas com identidades territoriais distintas. Assim sendo, a fronteira possui um papel fundamental no cenário de globalização atual, por ser um caminho onde são desenvolvidos processos de integração regional essenciais para as relações entre os Estados. Além de facilitar a articulação de projetos de cooperação bilateral ou até multilateral visando uma maior aproximação dos Estados nacionais, também pode ser um lugar onde ocorrem negociações lícitas e ilícitas.

A fronteira pela perspectiva cultural é um espaço social de conflitos e reencontro de culturas decorrentes das relações sociais vinculadas a identidades nacionais distintas (FERRARI, 2011). A partir de alguns autores, as identidades podem ser constituídas a partir das relações sociais e estão constantemente em processo de mudança ocorridos não apenas nessas relações, mas no desenvolvimento e avanço tecnológico da história e todo aparato cultural em que vive uma sociedade.

Para Castells (1999), as identidades são construídas num espaço sociocultural que se organizam em torno de um conjunto de valores. Para Hall (2003), as identidades são uma questão histórica e geográfica que se utilizam dos recursos da história e da cultura para sua formação.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELLS, 1999, p. 23).

De acordo com Haesbaert (1999), a identidade é uma construção histórica com base nos significados socioculturais que direcionam a diferença e identificação do indivíduo em um determinado grupo. Sendo assim, a identidade possui um caráter

simbólico e está sempre sujeita as diversas reconstruções. As identidades estão intrinsecamente ligadas ao conceito de território como um composto indissociável para se constituir seu significado. As identidades podem ser identificadas a partir da sua dimensão espacial: o território, ou seja, toda identidade territorial é também uma identidade social. Seguindo a linha de pensamento de Hasbaert, as identidades territoriais são construídas a partir de uma relação material e por que não dizer simbólica do determinado grupo de pessoas com o território.

A construção de uma identidade territorial é marcada por contradições, relações de poder e a consciência de pertencimento a um determinado recorte espacial. Lefebvre (1986) afirma que uma identidade territorial pressupõe do espaço de referência identitária em que experiências socioculturais ocorrem, as identidades são então territorializadas.

1.1: Cidades Gêmeas de Fronteira

A cidade fronteira não é apenas uma cidade situada perto da fronteira em uma posição periférica, mas também existe por causa da fronteira, ou seja, dependente de sua posição para existir. (Buursink, 2001). O termo surgiu depois dos anos 1989 com o alargamento da União Européia que trouxeram uma contribuição significativa ao desenvolvimento pacífico devido aos fortes laços de cooperação.

Cidades gêmeas são pares de centros urbanos, frente a frente em um limite internacional, que apresentam diferentes níveis de interação. (DORFMAN e ROSES 2005). Alguns pesquisadores após analisar os processos particulares e suas relações espaciais designam às cidades gêmeas a possibilidade do papel de catalisadores da cooperação fronteira e geralmente, possuem simetrias ou pontos e referências históricas comuns. Segundo portaria publicada pelo Ministério da Integração Nacional em 2014, as cidades são consideradas gêmeas quando cortadas pela linha de fronteira, seja ela seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que além de apresentar grande potencial de integração econômica e cultural, podem ou não apresentar uma unificação da população urbana com cidade do país vizinho.

Cidades diferentes no que se refere à formação socioespacial (Vargas 1999), porém similares quanto ao processo de ocupação e significação econômica do território baseado na exploração do caucho (Domínguez Gómez 1985) – borracha (Menezes 2009; Oliveira 1995), mas, sobretudo em suas relações sócio histórica de nascença indígena anteriores à existência da própria fronteira e gênese de uma horizontalidade transfronteiriça. (EUZÉBIO, p.13, 2012).

As cidades gêmeas de fronteira são claramente relevantes ou porque não dizer protagonistas no processo de integração regional, não obstante, também servem de porta de entrada de produtos ilícitos de diversas naturezas e de saída de recursos naturais e minerais, explorados ilegalmente. Sendo assim, as cidades gêmeas de fronteira estão inseridas constantemente nos processos de cooperação transfronteiriça e podem ser definidas como uma articulação efetiva entre duas áreas vizinhas de Estados nacionais (SILVA, 2012).

1.2: Delimitação da Fronteira entre Brasil e Colômbia

Após recorrer aos distintos conceitos de fronteiras, é possível identificá-los claramente no processo histórico que se deu à formação da fronteira entre Brasil e Colômbia, processo esse que pode ser dividido em três fases para se chegar à consolidação final da produção da fronteira Brasil-Colômbia.

A primeira fase (1494-1750) se deu durante a expansão da ocupação luso-castelhana na Amazônia entre os Tratados de Tordesilhas e Madri, esta vasta região pertencia legalmente à Espanha, porém os portugueses através de missões religiosas e trincheiras militares passaram a ocupá-la pelo interior do rio Amazonas. Após decorrentes expedições dessas missões, Portugal tomou posse da região e demarcou a linha de fronteira em nome do Rei da Espanha (GADELHA, 2002) onde os territórios eram diretamente subordinados à Metrópole como uma estratégia de controle territorial. Já a ocupação colombiana se deu a partir da busca do “El Dourado” pelo Caribe e se manteve apenas na cordilheira dos Andes nesse primeiro momento. Intensificou sua ocupação ao erguer fortes militares e expulsar os estrangeiros do vasto território entre os anos de 1640 e 1740 numa parceria conjunta dos portugueses e ingleses. (MACHADO, 2005).

Na segunda fase (1750-1938) mesmo a Amazônia pertencendo legalmente à Espanha, os portugueses conseguiram legalizar as fronteiras por meio do *uti possidetis*³ com base no Tratado de Madri (1750). Isso tornava Portugal detentor do amplo território que resolveu erguer o famoso Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (1770), se tornando um marco militar permanente até os dias de hoje na fronteira Brasil-Colômbia- Peru. Então, até o final do século XVII as bases da formação do território brasileiro estavam reafirmadas, o que com a Independência em 1822, logo oficializou suas fronteiras na região sul-americana (REZENDE, 2006).

Após a Independência, a disputa pela borracha acabou tornando a região Amazônica um alvo e como consequência disso a fronteira foi sendo constituída em sua segunda fase. Diversos historiadores afirmam que nesse período a economia da borracha foi responsável pelo grande número de imigrantes de outras regiões e estrangeiros que resultou na inserção da Amazônia no mercado internacional. Essa economia da borracha chegou à tríplice fronteira um tanto tardia (1890) e isso numa região que não possuía um valor significativo (EUZEBIO, 2012), passou a ser reivindicada a posse em que Peru e Colômbia passaram a confirmar seus territórios naquela região. O resultado disso foi a definição da cidade de Leticia como domínio colombiano após o Tratado de v entre o Peru e a Colômbia iniciado em agosto-setembro de 1932, tendo como objeto uma área do extremo sul do território colombiano fronteira ao Peru e ao Brasil e na qual se localiza a cidade de Leticia. O conflito foi dirimido em 1934 graças aos esforços de mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações. (FRANCO, 1955).

A terceira fase (1938-1981) trouxe consigo as verticalidades institucionais que finalmente consolidaram a fronteira Brasil-Colômbia, num contexto do cenário internacional marcado pelo período entre as guerras mundiais e posteriormente a crise de 1929. Após os limites internacionais já sido definidos, no início dos anos 1940 se via a necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento que com toda a preocupação recorrente do cenário geopolítico da época (EUZÉBIO, 2012). O Brasil então buscou acelerar esse processo como forma de garantir a proteção da região amazônica (BECKER, 2004) e deu início a modernização criando diversos órgãos estatais e políticas voltadas para articulação.

³*Uti possidetis* é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuí, assim possuais". (PALERMO, Marcos, 2009).

Com isso, por volta de 1967, nasceu o centro urbano de Tabatinga formado pela vila militar e uma pista de pouso. Leticia, uma vez que havia sido emancipada desde 1963, já possuía um aeroporto por ser vista como uma força da política de defesa estratégica de acesso ao Rio Solimões-Amazonas (*figura 1*). Em 1970, enquanto o Brasil vivenciava o chamado “milagre econômico” em seu auge foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN)⁴ como uma importante estratégia de alargamento das fronteiras econômicas. O plano viabilizou projetos agrícolas, pecuários, minerais e industriais que acabou reerguendo a economia da região.

Enquanto que do outro lado da fronteira, a Colômbia entre os anos 1930-1950 se empenhava em abrir e ampliar as estradas até então consideradas de defesa nacional estrategicamente visando aumentar sua organização territorial. As bases da economia colombiana era o café que com as políticas liberais em emergências levaram o país a uma crise econômica, trazendo consigo os cultivos ilícitos de coca que ficou conhecido como “colonização do narcotráfico”, crise essa que foi superada apenas nos anos 1990. Ainda assim, Leticia passou a ser o lugar do Cartel do narcotráfico que acabou tornando a principal fonte de economia e crescimento populacional-econômico da região onde funcionava o corredor de exportação de droga pela via fluvial do rio Solimões-Amazonas. (EUZEBIO, 2012).

Tabatinga foi então emancipada em 1983 e posteriormente com o fim do regime militar (1985), Leticia foi nomeada Capital do Departamento do Amazonas (1991). Através de operações militares em conjunto e implantação de um forte aparato militar e institucional, ao se livrarem do Cartel, Leticia e Tabatinga passaram a alcançar uma nova ordem social e econômica resultando no início de um novo ciclo na política e economia da região de fronteira.

⁴O Plano de Integração Nacional- PIN foi um plano criado no então governo militar do Presidente Médici. O principal objetivo era interligar o Brasil e promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas como o Norte e o Nordeste. O Plano resultou em um expansionismo e seu investimento se deveu a grandes somas em dinheiro que foram conseguidas por meios de empréstimos a bancos estrangeiros. Essa época é lembrada como "O Milagre Econômico". As consequências disso foram o alto endividamento do país e problemas de impacto ambiental na região Amazônica (BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação de governo. Brasília, 1970).

Figura 1: Fronteira Brasil- Colômbia



FONTE: ABIDES.org. 2011.

1.3: TABATINGA (BRASIL) E LETICIA (COLÔMBIA): Dinâmicas políticas, econômicas, sociais e mobilidade populacional

1.3.3: Política e economia

Tabatinga, também chamada de “Capital do Alto Solimões” por estar à margem esquerda do rio Solimões, está localizada em meio a Floresta Amazônica no Sudoeste do Amazonas e formada por uma população mista entre brasileiros, colombianos e peruanos de 52.272 habitantes (IBGE, 2015) é considerado o sétimo município mais populoso do estado. A região possui diversas áreas protegidas por unidades de conservação do meio ambiente coordenadas pelo Governo Federal e está cercada por inúmeras aldeias indígenas de diversas etnias (Ticuna, Kokama, Marubo, Matsé, Kaixana, Kanamari). Sua economia gira em torno do comércio de vestuários e calçados

devido à cidade ser livre do imposto colombiano e o fácil acesso as mercadorias para serem revendidas na capital. Apesar de ser uma cidade que serve de rota para o narcotráfico e possuir um sistema de segurança precário devido o distanciamento da cidade com a capital de Manaus, Tabatinga não chega ser violenta de acordo com sua taxa de mortalidade. Outros setores como saúde, educação e cultura da cidade são apontadas pelos dados como razoáveis, sendo que a cultura acaba se sobressaindo dentre eles com sua diversificação identitária observada nas comemorações tradicionais (RAMÍREZ, 2009).

O município de Letícia, por sua vez, é a capital do Estado do Amazonas na Colômbia, uma cidade portuária com uma população também mista de aproximadamente 40 mil habitantes, de acordo com dados de 2011 do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) da Colômbia, rodeada de aldeias indígenas na margem esquerda do Rio Amazonas e à direita faz fronteira seca com o Peru e Tabatinga, no Brasil. O transporte fluvial pelo rio Solimões constitui-se na logística fundamental para o abastecimento das duas cidades gêmeas, o que contribui tanto para o comércio quanto para a entrada de drogas ilícitas no Brasil.

A economia da cidade é voltada para a agricultura, a extração da madeira, pesca e o turismo de natureza como principal fonte de renda, mas esse quadro mudou a partir da década de 1970 quando o tráfico de drogas se tornou parte da renda nesta região controlada pelos cartéis de drogas.

As cidades gêmeas Tabatinga e Letícia são formadas junto às margens do rio Solimões-Amazonas na tríplice fronteira Brasil- Colômbia- Peru no interior da floresta amazônica. A única demarcação territorial na fronteira entre ambas é a Avenida da Amizade ou Avenida Internacional para os colombianos (*Figura 2*), que serve como limite geopolítico entre os dois Estados, o que para a população essa linha é considerada praticamente invisível onde há uma troca constante de idiomas, mercadorias e cultura em toda região fronteiriça. Além disso, o narcotráfico tem sido responsável por um deslocamento migratório de camponeses para o lado brasileiro da fronteira que buscam segurança e melhor qualidade de vida.

Tabatinga e Letícia que já ultrapassaram juntas uma população com estimativa de 90 mil habitantes (IBGE, 2014), possuem suas características próprias assim como assimetrias, mas também compartilham de similaridades visíveis que permitem compreender com mais clareza a dinâmica territorial que se forma na fronteira Brasil-

Colômbia. Cidades diferentes quando referida à sua formação socioespacial (VARGAS, 1999), porém um tanto similares devido o mesmo processo de ocupação com base no contexto histórico na exploração da borracha (OLIVEIRA, 1998).

As duas cidades gêmeas possuem uma complementaridade econômica notável, caracterizada pelo isolamento geográfico de ambas no meio da floresta Amazônica oriunda muito antes da das colonizações, onde os grupos indígenas eram os únicos habitantes da região. (EUZEBIO, 2011). Para além destes aspectos, cabe ressaltar as relações históricas e a proximidades de ambas com as aldeias indígenas (Ticunas, Kokamas, Marubos, Matsés, Kaixanas, Kanamari) que vieram antes mesmos das fronteiras internacionais serem estabelecidas. Para os indígenas, Tabatinga e Leticia são divididas por uma fronteira imaginária, ou seja, é inexistente porque existe apenas um lugar que aponta como sendo o Brasil e do outro lado Colômbia. Euzébio aponta essa mesma idéia em sua pesquisa empírica ao afirmar que:

As populações de Tabatinga e Letícia, na busca diária de suprir suas necessidades, historicamente se apropriam e compartilham do subespaço das cidades gêmeas, como se uma só fosse vivendo uma espécie de simbiose, um território e cotidiano compartilhado, muitas vezes à margem da própria licitude. (EUZÉBIO, 2012, p.34)

A presença de inúmeras aldeias indígenas nesse recorte da fronteira traz uma cultura particular tradicional que estabelece laços de convivência, mesmo antes dos limites internacionais serem inseridos ultrapassou gerações e barreiras políticas, perdendo seus territórios e suas identidades, que têm consolidado laços fronteiriços e principalmente servindo como suporte à economia da região, justificando assim o próprio nome da principal via de Tabatinga que atravessa a fronteira: Avenida da Amizade.

Figura 2: Avenida da Amizade, limite entre Tabatinga e Letícia



Fonte: CG, retiradas do Blog Bocas e Notícias de Tabatinga-AM.

Essa integração social que ocorre entre as cidades gêmeas analisadas é classificada por Lia Osório (2005) como “sinapse”, em que incluem um cotidiano compartilhado, envolvendo vínculos territoriais, culturais e sociais, que se sobressai aos limites das fronteiras (EUZEBIO, 2011). Com essas exceções mencionadas de laços fronteiriços, o Brasil e a Colômbia sempre foram vizinhos distantes que se deu por várias razões, desde a natureza selvagem das áreas de fronteira até o temor da Colômbia em relação ao expansionismo territorial do Brasil, ou seja, posições colombianas preocupando-se com um possível sub- imperialismo brasileiro (BORGES, 2015). No entanto, nos últimos anos esse quadro tem mudado e as ligações vêm se intensificando a partir da convicção de que o conflito armado na Colômbia envolve os países vizinhos e assim, a necessidade de um estreitamento das agendas nas relações diplomáticas.

Apesar dos laços de integração fronteiriça serem afastados das capitais, a presença do Estado ser um tanto precária e articulação regional ainda fraca, essa região de fronteira se marginalizou dos circuitos nacionais. Com objetivo de expandir suas diversas atividades econômicas se articularam com os países vizinhos pelas vias navegáveis (RAMIREZ, 2011) e atualmente constituem-se um emergente pólo regional influenciadas por fatores geopolíticos e econômicos no âmbito das Relações Internacionais. Entretanto, foram encontradas discrepâncias entre as tradições operacionais, ordens territoriais discordantes e sistemas aduaneiros que dificultam a fiscalização e o controle por parte das autoridades locais que tem progredido a pontos extremos de contrabando e crime organizado ligados a dinâmica transfronteiriça da região.

Observa-se que a partir de dados históricos, a abertura da política externa colombiana iniciada pelo governo de Álvaro Uribe em 2002, aproximou o país de organizações multilaterais que buscava se reaproximar da América do Sul para maior desenvolvimento em seu cenário geográfico. Por outro lado, no entanto, gerou certa tensão e reiteradas desconfianças diplomáticas com seus vizinhos e principalmente com o governo brasileiro por falta de transparência e receio dos EUA interferir na soberania da América do Sul. (RAMIREZ, 2001).

Em aspectos comerciais, os investimentos têm sido um tanto escassos entre ambos os países. Em novembro de 1993 foi instituída a Comissão de Integração Brasil-Colômbia que representa o principal foro de discussão dos temas fronteiriços entre os países, assim como o Comitê de Fronteira. Com isso, nos últimos anos surgiram iniciativas conjuntas na produção do café entre o Brasil e Colômbia como uma ofensiva diplomática direcionada aos países cafeicultores da América Central e da Ásia na tentativa de recuperar os preços internacionais, mas não passou disso (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012).

Outra tentativa de enfrentar as dificuldades comerciais ocorreu em 2003 quando os presidentes Luiz Inácio Lula e Álvaro Uribe decidiram criar um tipo de mecanismo bilateral para examinar assuntos multilaterais e incentivar empresas binacionais a realizar ações no setor siderúrgico que consiste basicamente na exportação de aço, aproveitamento do carvão energético da Colômbia e o ferro do Brasil. (RAMÍREZ,

2011). Dentre as anteriores, a tentativa mostrou resultados positivos ao intensificar o comércio bilateral em cinco anos seguintes.

Na região fronteira, tais relações têm se desenvolvido em torno da economia de subsistência que não permite um número significativo de intercâmbio. Já nas cidades mais povoadas de Leticia e Tabatinga como apresentadas neste ensaio, o comércio gira em torno da indústria turística, o artesanato e a exploração de madeiras e frutas amazônicas.

No intuito de impulsionar ainda mais o comércio entre ambos os países, em 2008 foi realizada no Brasil a Semana Colômbia e como resultado houve uma intensificação nas áreas de investimento do comércio bilateral e com isso, as exportações brasileiras para a Colômbia aumentaram significativamente e a mesma duplicou suas vendas para o Brasil. Mesmo com esse avanço, encontram-se ainda várias dificuldades de estrutura para as relações comerciais, principalmente na fronteira devido à falta de segurança, problemas de fiscalização nas vias fluviais nas linhas limítrofes gerando aumento do narcotráfico e falta de transparência nos procedimentos aduaneiros. (RAMIREZ, 2011). Devido à presença de florestas na ampla fronteira e à falta de infraestrutura fluvial, o transporte de mercadorias se faz através de vias marítimas ou aéreas e com isso os custos aumentam.

1.3.2: Relações socioculturais fronteiriças: mobilidades populacionais

A cultura da fronteira entre Brasil e Colômbia é imensa e diversificada decorrente de seus nativos indígenas de diferentes etnias, brasileiros, colombianos e peruanos que residem e transitam livremente nesta área. Com isso, a população da fronteira convive diariamente com uma diversidade cultural muito rica e permeada de identidades culturais diferenciadas entre brancos, mestiços e indígenas. Os municípios de Tabatinga e Leticia conforme as características geográficas que vimos neste ensaio apresentam o turismo como parte de sua economia local que inclui festivais tradicionais e litorais. (*Figura 3*).

Figura 3: Símbolo das cidades-gêmeas na entrada do Festival Interamericano da Cultura e Arte- FINCATA



Fonte: Rafael Muricy. Blog A minha viagem. Abril, 2014.

Em 2012, Brasil e Colômbia firmaram um acordo que ampliou o intercâmbio cultural que tinha como objetivo o incentivo à leitura, patrimônio cultural, museus, economia criativa e diversidade cultural e étnica. O acordo de ampliação do intercâmbio cultural foi firmado entre as ministras da Cultura, Ana de Hollanda, e Mariana Garcés Córdoba. (GIRALDI, 2012).

De acordo com um estudo de caso realizado em 2012, as inúmeras transações realizadas nessa região acabaram acarretando uma intensa mobilidade populacional tanto de curta duração, como por exemplos os trabalhadores diaristas ou de cidadãos e turistas em busca de preços mais baixos no comércio da cidade vizinha, quanto de longa duração, como aqueles que se deslocam para morar no país vizinho. Tais mobilidades resultam no enriquecimento das cidades envolvidas com seus hábitos e costumes próprios, divulgação da culinária de sua região original além de criar grandes zonas de lingüísticas variadas comuns em regiões de fronteira, devido à necessidade de comunicação para efetuarem suas transações sejam ela qual for.

Em 2014 o Brasil e a Colômbia renovaram o Intercâmbio Técnico-Cultural,⁵ que visa fortalecer os sistemas de patrimônio cultural dos dois países nos próximos anos além de promover o desenvolvimento cultural na região da fronteira. Os projetos bilaterais de cooperação técnica iniciados em 2013 para os próximos anos terão, entre outras finalidades, fortalecer os sistemas de patrimônio cultural; avançar nos trabalhos relativos à gestão compartilhada; impulsionar a sustentabilidade econômica, social e ambiental do patrimônio cultural também na América Latina e Caribe.

As relações socioculturais fronteiriças têm se intensificado devido o fortalecimento dos vínculos intergovernamentais. A fronteira entre o Brasil e a Colômbia acabou criando espaço para outros atores, para além dos governos centrais, que serviram de reforço para espaços de diálogos e por fim, resultou em positivas interdependências.

Apesar da geopolítica na fronteira entre Brasil e Colômbia ser considerada lenta e distante, pode ser observado múltiplas redes de articulações que acabam se sobrepondo ao limite internacional quando se trata das cidades gêmeas analisadas. Além disso, as relações nas cidades gêmeas de Tabatinga e Leticia provocaram significativas alterações na organização espacial da região norte e atraíram imigrantes dos países vizinhos (Peru e Venezuela) e de outras regiões do Brasil em busca de maiores oportunidades de trabalho. Além disso, o fluxo migratório aumenta a cada ano decorrente dos colombianos, chamados de *desplazados*, que cruzam a fronteira para fugir do conflito armado e das ações das FARC (LOPES, 2012). Isso acabou por garantir a subsistência tanto de Tabatinga quanto de Leticia e resultou a essa região um característico traço cultural, assim como os impactos e resultantes das respectivas identidades territoriais. Porém, acarretou pontos negativos principalmente no que diz respeito à segurança na fronteira, pois acabou se tornando canais por onde se passam acontecem as negociações de drogas ilícitas que servem ao narcotráfico, que será aprofundado no próximo capítulo.

⁵Projeto de Intercâmbio Técnico-Cultural entre Brasil e a Colômbia em matéria de patrimônio cultural. As ações acordadas incidem sobre os temas de gestão do Patrimônio Cultural, salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, empreendimentos culturais relacionados ao patrimônio, universo cultural das comunidades afro descendentes, diversidade lingüística e criação de fundos bibliográficos para a gestão do patrimônio cultural. Essas ações decorrem dos compromissos institucionais assumidos entre os Governos da Colômbia e do Brasil, estabelecidos na Reunião da Comissão Mista Cultural, Educacional e Esportiva, realizada em Brasília, em 2011 (*Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN*, 2014).

CAPÍTULO 2: A QUESTÃO DA SEGURANÇA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

2.1: Referencial teórico da Integração Regional

Com o fim da Guerra Fria (1989), houve um rompimento do paradigma bipolar entre os Estados. Isso gerou uma evolução na cooperação internacional através da institucionalização de novos atores para além do Estado Nacional, que posteriormente foram denominados intergovernamentais e supranacionais.

O processo de integração regional começa quando atores independentes se tornam parte de um sistema político entre os Estados que possuem interesses comuns entre si. Esses atores podem ser tanto governamentais quanto não-governamentais e ainda, serem nacionais ou subnacionais, tais como: órgãos governamentais, ONGs e redes de crime organizado. Partindo desse conceito básico, a integração regional pode ser definida como um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores permitindo a criação de novas formas de governança político- institucionais de nível regional. (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Os impactos de uma integração regional vão além dos governos nacionais participantes e acabam por influenciar a sociedade e especialmente as unidades governamentais subnacionais, como as prefeituras e os governos estaduais. Como no caso do MERCOSUL⁶, criado pelo Tratado de Assunção (1991).⁷

O termo integração regional surge a partir de uma determinada área geográfica ou localidade territorial e se sobressai a questões econômicas, sociais, culturais e políticas entre os territórios.

⁶O MERCOSUL caracteriza-se, ademais, pelo regionalismo aberto, ou seja, tem por objetivo não só o aumento do comércio interzona, mas também o estímulo ao intercâmbio com outros parceiros comerciais. São Estados Associados do MERCOSUL a Bolívia (em processo de adesão), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Guiana e Suriname tornaram-se Estados Associados em 2013. O MERCOSUL é um bom exemplo da nova geração de acordos regionais direcionados para a chamada integração mais profunda (SIMÕES, CEBRI, 2010).

⁷Tratado de Assunção assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1991, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (FONTE: Site oficial do Ministério do Desenvolvimento do Governo Federal).

[...] a integração regional caracteriza-se como um processo dinâmico e não estanque das relações internacionais, que visa aproximar os atores internacionais com características estratégicas regionais parecidas cujo escopo é a criação de organismos para congregar interesses e participar na ordem internacional com mais peso e presença política. (PRADO, 2013, p.23).

Portanto, a integração regional associa-se aos interesses mútuos entre as partes envolvidas, tornando o que alguns autores chamam de fenômeno multidimensional.

2.1.1: Teorias da Integração Regional

Os processos de integração regional criam sempre alguma forma de institucionalização para coordenar seu desenvolvimento. É possível analisar a integração regional partindo de algumas teorias debatidas dentro do campo das Relações Internacionais, sendo que as principais são: a teoria da interdependência, a teoria funcionalista, a neofuncionalista, a intergovernamentalista, a institucionalista e o neoliberalismo institucional.

Para os autores clássicos de Relações Internacionais que defendem a teoria realista, o Estado é o ator central e o único tomador de decisões (WALTZ, 1979; MORGENTHAU). Sendo assim, a integração regional não seria possível no realismo devido os Estados obter o poder soberano e não permitir a criação de entidades supranacionais.

Para o pensamento liberal, o Estado não precisa necessariamente ser o único tomador de decisão no que diz respeito à cooperação entre os Estados. Essa teoria possibilita dentro da integração regional a ascensão de novos atores sem deixar de lado a importância dos Estados nas relações internacionais (MARIANO, 1995). Na teoria da interdependência a relação dos Estados é regida a partir de um conjunto de regras e procedem como uma relação assimétrica, em que às vezes o ator poderá ser mais vulnerável ou mais sensível de acordo com as mudanças decorrentes da relação que o mesmo se encontra. (KEOHANE; NYE, 2001).

A teoria funcionalista defende a ideia de que os Estados nacionais não conseguem atender às demandas internas- externas se mantiverem isolados, ou seja, é necessário os Estados integrados estabelecerem instituições funcionais para atender suas necessidades. O funcionalismo passou por um processo de reformulação durante os

anos 50 e 60 do século XX, e posteriormente surgiu a Teoria neofuncionalista. (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF. Jr, 2003, p.650).

No neofuncionalismo, há uma participação maior de atores no processo de integração regional e a acomodação dos interesses presentes nas regiões envolvidas acaba se tornando o principal objetivo (MARIANO; 2002 p.65). Para o neofuncionalismo, o que eleva o nível de integração é a existência de órgãos supranacionais e a democratização do sistema político é o caminho para o sucesso da integração regional.

Outra teoria que analisa o processo de integração regional é a federalista que opta pela criação de novos Estados por intermédio da integração, ou seja, como os Estados Unidos. A criação de instituições nas quais os Estados transferem sua soberania de forma voluntária pode de acordo com o federalismo, justificar o processo de integração regional.

O institucionalismo defende a idéia de que os atores possuem alguns interesses comuns, entendendo que a cooperação é uma forma de obter ganhos significativos (MARIANO; MARIANO, 2002, p.60). Sendo assim, as instituições refletem as preferências racionais de cada ator e a integração regional passa a ser o resultado intencional de interação no dia-a-dia entre os governos e instituições distintas envolvidas.

O Neoliberalismo institucional por sua vez, afirma que as instituições além de alterar os resultados políticos, podem ter um efeito construtivo sobre os atores, modificando seus interesses e até mesmo suas identidades (COUTINHO, HOFFMANN; KFURI, 2007, p.12). De acordo com essa teoria, a integração regional pode ser analisada como um regime intergovernamental que tem a função de administrar a interdependência econômica por meio da coordenação política negociada entre os envolvidos (MORAVICSIK; MARIANO, 1995, p.25).

Por fim, a teoria intergovernamentalista considera que a integração regional deve concentrar-se na barganha e em negociações promovidas pelos Estados em um ambiente que seja possível estabelecer acordos, ou seja, os Estados são dotados de racionalidade cujo comportamento reflete as pressões sofridas no âmbito interno (MARIANO; MARIANO, 2002, p. 61).

Portanto, o processo de integração regional pode ser justificado a partir da observação das teorias distintas apontadas, pois as mesmas facilitam a assimilação do desenvolvimento da integração regional nas cidades-gêmeas analisadas neste trabalho.

Na Geografia o estudo da integração regional acaba sendo conduzido com maior ênfase no aspecto dos fluxos econômicos (PUMAIN; SAINT-JULIEN, 2001), mas em zonas de fronteira, principalmente naquelas formadas por cidades gêmeas, a integração regional não se desenvolve apenas no sentido econômico, mas no conjunto de dinâmicas simbólicas, culturais e identitárias, pois estão vinculadas umas às outras porque elas são estabelecidas pelas relações sociais que em sua realidade cotidiana atuam envolvendo os dois lados do limite internacional (FERRARI, 2010).

Portanto, conforme o Estado for adotando a integração regional como estratégia de defesa de seus interesses nacionais com outros Estados envolvidos, a compreensão do significado de fronteira se emerge para políticas de securitização como sendo fundamentais para o processo de integração em cidades gêmeas de fronteira (BENTO, 2015). Resultando então, em iniciativas de cooperação regional e ampliação da agenda de segurança que trará uma repercussão e mudanças de paradigmas na região fronteira (ALVEZ, 2009).

2.2: A retórica da Segurança e Defesa Nacional

A globalização trouxe consigo o surgimento de novos atores transnacionais, como crime organizado e o tráfico de drogas que desencadeou uma série de instabilidades no sistema internacional. Nos anos decorrentes, o conceito de segurança passou a ser fomentado pelo aumento dos crimes transnacionais na década de 1990 e com a preocupação com as identidades nacionais (RUDZIT, 2005).

A retórica da segurança dentro dos segmentos teóricos das Relações Internacionais, sendo eles o racionalismo e o construtivismo, é abordada dentro dos contextos vivenciados durante a Guerra Fria. Para os racionalistas, a dimensão internacional da segurança está ligada ao processo de formação do Estado que tem como consequência baixos índices de coesão social e isso causa grande insegurança (RUDZIT, 2005). Dito isso, Rudzit afirma que os Estados que fracassam em sua formação institucional têm mais facilidade de acabar servindo de abrigo a terroristas e organizações criminosas. Esse problema fica ainda mais grave, a partir do momento que as ameaças internas acabam envolvendo outros Estados tornando-se transnacionais,

como por exemplo, o caso do conflito armado na Colômbia que causa uma instabilidade na segurança da fronteira com o Brasil, ao ser abordado posteriormente.

Por outro lado, as teorias construtivistas surgiram com o fim da Guerra Fria (1989) num contexto do processo descolonizador e seus reflexos na sociedade internacional. As teorias construtivistas interrogam:

“ (...) sobre o modo como as identidades e os interesses dos Estados e das estruturas são construídos e se modificam, de maneira que as normas se desenvolveram historicamente e formam a identidade dos Estados e do sistema internacional”. (DAVID, p.38, 2000).

Essa teoria argumenta que a segurança internacional em sua concepção, é um processo dinâmico, que inclui outros setores além do Estado, partindo de uma construção social da realidade e do conhecimento, tornando- se dependente dos agentes e das estruturas (DUQUE, 2009).

Dentro desse campo teórico da segurança, a Escola de Copenhague⁸ se destaca como a responsável por alargar os conceitos de segurança. De acordo com Rudzit (2005), a Escola de Copenhague considera a segurança como um fenômeno relacional, por não ser possível entendê-la como sendo unicamente de um determinado Estado sem considerar um paradoxo de segurança interdependente em que cada Estado se envolve.

Trazendo essa retórica da segurança para o âmbito regional, é visível que dentro de uma mesma região geográfica, as ameaças se movimentam facilmente de acordo com Buzan (2003). Sendo assim,

Analisar segurança no nível regional é mais claro, pois estuda os lócus de conflito e de cooperação entre Estados, e, como nível de análise, é uma oportunidade para os pesquisadores que procuram explorar assuntos de segurança contemporâneos (BUZAN, 2003, p.11)

Dentro da Teoria da Escola de Copenhague, essa segurança no nível regional ganhou um campo teórico denominado Teoria do Complexo de Segurança Regional (TCSR). Segundo OROZCO (2011), essa teoria se define como um conjunto de unidades cujos processos principais de securitização são entrelaçados de tal forma ao

⁸A Escola de Copenhague se estabeleceu em 1985 como Centro para Investigação da Paz e do Conflito. Atualmente, é oficialmente designado como Instituto de Investigação de Conflito e Paz. E Escola desenvolveu um quadro teórico e conceitual inovados para os estudos de segurança internacional (DAVID, 2000).

ponto de seus problemas de segurança não poderem ser analisadas nem resolvidas de maneiras separadas, ou seja, o complexo da questão da segurança indica uma interdependência entre os Estados envolvidos.

Trazendo a retórica da segurança para América do Sul, os autores dialogam tendo como base acultura local ao afirmarem que a mesma gera facilidade e legítima a interdependência da segurança em um grupo de Estados (BUZAN, 2011). Segundo ele, mesmo havendo dinâmicas convergentes, como o caso do narcotráfico que envolve vários países da região, a criação de núcleos sub-regionais de um complexo de segurança com destaque nas fronteiras.

Depois do 11 de setembro de 2001, a temática da segurança passou a ter papel central nas relações internacionais. A Colômbia passou a ser um marco referencial da insegurança na fronteira latino-americana. Neste contexto, o Conflito Armado na Colômbia é apontado como um dos principais conflitos regionais. De acordo com Pizarro (2006), tal conflito regional é complexo porque resulta na confrontação de um Estado e grupos de oposição interna, com a participação ativa de outros Estados (FARC, Brasil).

A questão da segurança passa a ser um problema político através de uma idéia clara das ameaças externas e vulnerabilidade na fronteira. Tornando assim, o que Rudzitz denomina de fenômeno relacional. A partir da perspectiva de integração, o destaque na proximidade geográfica é importante para analisar os dilemas de segurança regional. No âmbito da política de integração da defesa nas fronteiras, as ações de cooperação conjuntas entre as Forças Armadas oficiais de cada Estado visam diminuir os crimes transnacionais como o tráfico de drogas e armas a fim de coibir a ação de grupos criminosos junto às suas fronteiras (ALVES, 2009). No Brasil, tais operações são apoiadas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia- SIVAM, com fornecimento de informações da inteligência.

2.3: Conflito Armado na Colômbia: desdobramentos e posicionamento do Brasil

Desde a independência da Colômbia em 1821, inúmeros conflitos e guerras civis colocaram as forças políticas colombianas em confronto, os grupos guerrilheiros como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) foram criados nos anos 1960, em torno do eco da revolução cubana e

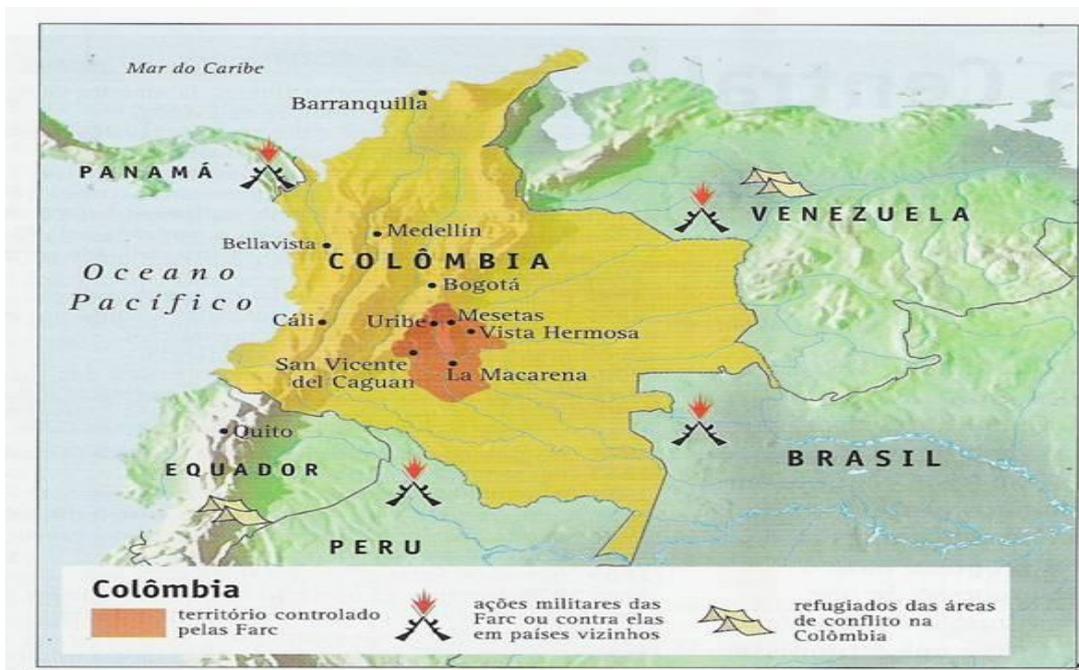
no contexto da Guerra Fria, além da forte interferência norte-americana. Nos anos 1980, emergem os cartéis de produção e tráfico de drogas, como a cocaína, em que posteriormente vão se revelar as ligações entre guerrilheiros e narcotraficantes e a partir de então, o conflito passa a ter o tráfico de drogas como protagonista (CRISIS, 2000).

Nesse âmbito e contexto estrutural surgem as partes envolvidas no conflito armado na Colômbia, sendo elas as FARC, o ELN e grupos paramilitares envolvidos com o narcotráfico que buscam intensificar sua influência territorial, enquanto que o governo colombiano procura exercer seu poder legítimo controlar a ameaça da segurança interna e também internacional (INÁCIO, 2007), por meio de acordos regionais de cooperação de defesa e pacificação voltadas para as fronteiras no qual, dois desses principais acordos serão abordados mais adiante no texto.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- FARC e a Autodefesas Unidas de Colômbia (AUC), um dos principais grupos paramilitares, são consideradas como grupos terroristas pelo governo dos Estados Unidos acusados de organização de tráfico de drogas e violação dos direitos humanos e o conflito armado se estende até os dias de hoje tornando- se parte da agenda de política externa de diversos países latino-americanos como questão de segurança internacional (OSPINA, 2003).

As Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) foram criadas por Manuel Marulanda Vélez, o *Tirofijo* e Jacobo Arenas em 1964 e surgiram como braço armado do Partido Comunista Colombiano (PCC), eles atacam geralmente instalações industriais, militares e policiais e também praticam seqüestros e extorsão. Indiretamente parte de seu financiamento advém de narcotraficantes, alegando uma cobrança intitulada “taxa revolucionária” como um tipo de imposto cobrado nos locais de seu controle. Sendo assim, ao passar um caminhão com drogas, por exemplo, deverá pagar a taxa às FARC e correr risco de ficar sem o carregamento ou até o veículo. Atualmente, possui aproximadamente 15 mil homens e 60 frentes distribuídas em sete blocos, o maior bloco é o Oriental com 22 frentes e esse último faz frente com o território brasileiro. (CEE, 2000; THACKRAH, 2004). Veja na figura 4 o mapa do território controlado e as ações comandadas pelas FARC.

Figura 4: Colômbia: território e ações das FARC



Fonte: Dan Smith. Atlas dos conflitos mundiais, p. 102-103.

Por sua vez, o Exército de Libertação Nacional (ELN) foi criado por Fabio Vásquez Castaño em 1964 e estimam-se que possua cerca de cinco mil homens distribuídos em cinco blocos, estes seriam compostos por um total de 41 frentes e oito regionais. Diferente das FARC-EP que têm predominância essencialmente rural, o ELN tem concentração geralmente urbana. (CEE, 2000).

Além dos grupos guerrilheiros de esquerda, surge em 1968 milícias paramilitares com a aprovação de uma lei que dava liberdade de formação para enfrentar os guerrilheiros. Dentre eles, se destaca a Autodefesas Unidas Colômbia (AUC), grupo paramilitar de extrema direita criado em 1997 e cresceu muito durante o governo de Andrés Pastrana. A AUC mantém um conflito militar paralelo contra os grupos guerrilheiros (FARC e ELN) na Colômbia de acordo com os relatos, alguns integrantes fizeram parte dos antigos cartéis de tráfico de drogas no país (INÁCIO, 2007).

Como exposto no mapa (*figura 4*), nas cidades de fronteira do lado brasileiro existe a presença de bases militares de ações das FARC, o que provoca oscilação da instabilidade na segurança, principalmente a nível regional e resulta em um dos principais temas das agendas diplomáticas. Podemos observar essa questão por meio da

cronologia do conflito armado colombiano (*Veja tabela 1*). Além disso, o principal grupo paramilitar é responsável pela execução de civis que simpatizam com os guerrilheiros e isso tem gerado uma migração forçada interna da população colombiana para região de fronteira em direção as cidades gêmeas de Tabatinga e Leticia (RAMOS, 2008). A maioria desses migrantes e também refugiados são camponeses que perderam suas terras para os grupos armados que costumam tomar as terras e obrigá-los a entregar os produtos da lavoura para ser convertidos em plantações de maconha ou coca que alimentam o conflito, no caso de resistência a tais abusos, os camponeses sofrem todo tipo de violência, restando às migrações compulsórias como única opção (OLIVEIRA, 2006). Uma vez em território brasileiro, a Polícia Federal encarregada de prender traficantes colombianos, é a mesma responsável pelas solicitações de refugiados. Isso tem causado o aumento de colombianos que vivem ilegalmente na região fronteiriça.

O Brasil por não possuir medidas específicas de políticas migratórias para tal realidade fronteiriça acabou cedendo espaço de atuação para organizações supranacionais e internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM). Tais organizações procuram manter-se atentas aos processos de apoio aos migrantes e refugiados clandestinos na região de fronteira em análise (NOGUEIRA, 2005).

Tabela 1: Cronologia do conflito armado na Colômbia.

1964-1966 - Formação do Exército de Libertação Nacional e das FARC.
Final da década de 1970 - Expansão da produção e exportação de narcóticos na Colômbia, primeiramente de maconha e depois de cocaína.
Década de 1980 - Grupos paramilitares são formados por latifundiários para lutar em guerrilhas; cresce o comércio de drogas e dos cartéis de tráfico de Cali e Medellín.
Década de 1990 - Negociações entre ELN e FARC. É concedido às FARC um enclave de segurança (aproximadamente do tamanho do território da Suíça) para estimular sua participação no processo de paz.
2000 - Ajuda militar norte-americana ao custo de U\$ 1 bilhão para o combate ao comércio de cocaína.
2002 - Encerramento das negociações de paz. FARC adverte mais de 100 políticos para que abandonem seus cargos ou serão assassinados.
2004 - É preso Ricardo Palmera, o mais importante dirigente das FARC já capturado.

2005 - A Colômbia associa-se ao MERCOSUL.
2006 - Eleições e reeleição de Álvaro Uribe como presidente.
2008 - Libertação de Ingrid Betancourt e outros prisioneiros das FARC. Morte de lideranças do grupo.
2009-2014- Governo colombiano com acordos de cooperação regional em políticas de defesa e segurança, além das diversas prisões e tentativas de pacificação.
2015- Governo e a FARC anunciam a criação da Comissão da Verdade na Colômbia na Convenção Diálogos pela paz em La Havana, Cuba.

Fonte: Dan Smith. Atlas dos conflitos mundiais, p. 102-103.

A disputa entre guerrilhas de esquerda, tráfico de drogas, grupos paramilitares de “defesa” e o Estado tem sido o principal catalisador do conflito e com o envolvimento de todos os lados com dinheiro proveniente do tráfico de drogas, o quadro é agravado ainda mais. A partir disso, seqüestros, assassinatos, perseguições e grandes fluxos de refugiados são algumas das características que marcam o conflito colombiano. Pensando a política interna do país, essas disputas geraram um enfraquecimento do Estado colombiano e a privatização da violência (OSPINA, 2003).

Um ponto que cabe destacar é o envolvimento dos EUA que depois de 11 de setembro de 2001, redefiniram oficialmente seu envolvimento no conflito na Colômbia como uma estratégia de combate ao terrorismo dando apoio ao governo colombiano contra as guerrilhas do narcotráfico, tanto que em 2000, o Plano Colômbia recebeu do governo americano um investimento na ordem de 1,3 bilhões de dólares (RIPPEL, 2004). No entanto, o governo colombiano por muitas vezes se mostrou estar dos dois lados da moeda, por um lado negociou algumas vezes com os guerrilheiros concedendo o controle de uma zona desmilitarizada as FARC e por outro, desenvolvia planos de combate militar para aumentar os investimentos dos EUA no país.

Em 2002, as guerrilhas deixaram seus objetivos claros, buscavam mudanças sociais e políticas e com a eleição de Álvaro Uribe, as frentes do combate foram modificadas baseadas em promessas de aumento das forças de segurança para defender a democracia perante os ataques das guerrilhas e dos grupos paramilitares. O Presidente Colombiano acreditava que enfraquecer as guerrilhas militarmente era uma das condições necessárias para uma solução política ao conflito (OSPINA, 2003).

A esperança para o possível fim do conflito aumentou em 2008 devido uma série de perdas importantes para as FARC, perderam três dos sete membros do seu secretariado, incluindo Manuel Marula, o fundador e líder do grupo e milhares de guerrilheiros desertaram. Além disso, o governo colombiano conseguiu vitórias como o resgate de Ingrid Betancourt, que passou alguns anos em cativeiro além de outros 14 reféns, também aproveitou para foi fortalecer as instituições colombianas no combate à violência, processo esse no qual o Brasil participou ativamente (RAMOS, 2008).

A International Crisis Groups divulgou em dezembro de 2014 um relatório intitulado: *O Dia Depois de Amanhã: FARC da Colômbia e do Fim do Conflito*, contendo um panorama atualizado com as resoluções do conflito armado na Colômbia, além disso, o relatório incluía uma série de recomendações para as partes reestabilizar um respaldo de acordo de paz. Dentre elas, recomendou uma parada nos ataques contra infraestruturas civis, o término do recrutamento de crianças e também medidas humanitárias para melhorar a situação das FARC presos ou colaboradores. E a partir de então, encaminhar para o fim desse longo conflito armado no país.

Recentemente, milhares de colombianos foram às ruas em Bogotá e fizeram uma marcha pelas ruas pedindo pelo fim do conflito armado no país e contou com a presença do atual presidente Juan Manuel Santos. Uma vela chamada de Vela da paz foi acesa e segundo as pronunciações do presidente ficará acesa até que haja acordo com as FARC (GIANSANTI, 2010).

O conflito armado na Colômbia é considerado o mais antigo da América Latina e dura até o presente momento e com isso, os países vizinhos preocupam-se com o aumento do fluxo de refugiados, com a possibilidade de o tráfico de drogas abrangerem cada vez mais em seu território, além de que se envolverem diretamente no conflito em virtude de guerrilheiros atravessarem com frequência as fronteiras (RAMOS, 2008). Portanto, as cidades gêmeas situadas nesse recorte, vêm buscando por meio de políticas de defesas conjuntas conterem as ações ilícitas comandadas pelos grupos irregulares do narcotráfico. O processo é dificultado pela fraca infraestrutura nos mecanismos de vias fluviais e enfrentam desafios para aperfeiçoamento da cooperação policial em termos de investigação, capacitação e o intercâmbio de informações criminalísticas (BORGES, 2015).

2.4: A questão da Segurança: Os principais acordos de cooperação na fronteira entre Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)

As três principais fontes de insegurança na fronteira Brasil-Colômbia são: o conflito armado na Colômbia, os vínculos irregulares em ambos Estados com a problemática das drogas e o crime transfronteiriço que têm causado o aumento do fluxo migratório nas cidades gêmeas da fronteira Tabatinga e Leticia (RAMÍREZ, 2009).

Em 1991, foi criada a Comissão de Vizinhança e Integração Fronteiriça Brasil-Colômbia e, mesmo que funcionando de forma lenta, favoreceu a aproximação mútua entre os Estados e propiciou a elaboração de uma nova agenda bilateral, principalmente em torno da temática da Segurança. Com isso, aos poucos os Estados por meio de visitas diplomáticas conseguiram fechar acordos de cooperação fronteiriça com objetivo de combater juntos à problemática do narcotráfico.

Mesmo historicamente agirem como vizinhos distantes e temerosos no período da intensificação da luta armada na Colômbia desde o final do século XX, os governos de Luiz Inácio Lula e Álvaro Uribe entre 2002 e 2009 foram marcados por avanços de cooperação devido à urgência dos problemas de segurança nacional e interesse no comércio e investimentos de ambos os lados. Esse debate sobre a necessidade de reforçar a segurança na fronteira com a Colômbia ganhou ainda mais força depois do bombardeio realizado pelo Exército colombiano a um acampamento das FARC no Equador.

Assim, em 2008 foi assinado na cidade de Letícia o primeiro acordo de cooperação que se tratava do fortalecimento da segurança na área da fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru. O acordo promulgado em decreto⁹ tinha como objetivo a cooperação em matéria de Defesa no combate da fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais relacionados por meio de ações conjuntas coordenadas e o compartilhamento de dados de inteligência do SIVAM. Além disso, o acordo previa um limite de 60 km para a realização de operações na fronteira (CEPIK, 2009). Porém, as velhas desconfianças decorrentes das

⁹ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.973-A, DE 2009. Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Relacionados, assinado em Bogotá, em 19 de julho de 2008. (Fonte: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Mensagem nº 552/2009 Aviso nº 456/2009 – C. Civil).

medidas de política externa do Brasil e da Colômbia, impediram os avanços desse acordo recém firmado entre os Chefes de Governo.

Contudo, em 2011 uma nova tentativa de cooperação foi firmada pelos ministros da Defesa do Brasil e Colômbia ao assinarem um acordo especial de vigilância nas fronteiras. Ambos os países se comprometeram em investir nos projetos de fortalecimento na zona de fronteira comum para proteger os recursos naturais, a biodiversidade e a população residentes na região fronteira. Na ocasião, o ministro colombiano Ricardo Rivera em seu discurso afirmou os impactos positivos dessa cooperação para a integração bilateral. Para ele, os planos bilaterais representam uma blindagem na fronteira:

[...] uma espécie de blindagem fronteira que permita ao mesmo tempo em que as comunidades (...) se integrem social e culturalmente, mas também que os criminosos encontrem um muro de contenção para impedir que se possam movimentar com liberdade. Vamos começar a negociação de um plano binacional de segurança fronteira que garanta que nesses 1.645 quilômetros de fronteira entre Colômbia e Brasil tenhamos as melhores condições de segurança. (ÉPOCA, 2011).

Outra tentativa de estreitar as relações por meio de uma cooperação regional ocorreu em 2012, quando os representantes de ambos os países apresentaram de uma maneira conjunta na UNASUL um plano de políticas públicas de luta contra o crime transnacional e posteriormente, o Brasil aceitou participar com apoio logístico do processo de libertação da ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, mantida refém pelas FARC durante seis anos, em uma operação do Exército colombiano (CEPIK, 2012).

Respectivamente sob a presidência de Dilma Rousseff (2011-2014), as evoluções entre Brasil e Colômbia se intensificaram com foco na ampliação da agenda de cooperação nas áreas de segurança nacional e comércio por meio das reuniões diplomáticas da Comissão de Vizinhança e Integração. Porém, não pode ser comparada à integração regional com os demais países da América do Sul, especificamente aos projetos de integração da ALBA e do MERCOSUL.

Com esse despertar nas relações de integração fronteira, pressupõe-se que as disparidades políticas, desconfianças e as distâncias comerciais acabaram sendo superadas pelos interesses mútuos e reconhecimento de ambos. De certa forma, começaram a enxergar um no outro uma parceria que seria vital para realizar suas

estratégias próprias sendo elas, aplicação de políticas de segurança pelo lado colombiano e o brasileiro com suas pretensões relacionadas às questões comerciais e geopolíticas (RAMIREZ, 2011). Isso pode ser claramente observado na operação “fronteira segura” (*figura 5*) executada com o apoio de policiais da Força Nacional de Segurança Pública, policiais da Estratégia Regional de Fronteira - ESFRON da SSP de Amazonas (2014), com o objetivo de ocupar o terreno e trazer maior sensação de fiscalização e segurança à população não somente de moradores de Tabatinga, como também dos municípios fronteiriços vizinhos como Leticia. Sendo tal objetivo fundamental para o reforço nas cidades Tabatinga e Leticia, em ações conjuntas e integradas das forças de segurança.

Figura 5: Policiais do Brasil e Colômbia em cooperação na fronteira



Fonte: Leticia Hoy. *Ministerio de Defensa Nacional Policía Nacional, Oficina de Comunicaciones Estratégicas- Departamento de Policía Amazonas*. Leticia, 2014.

Cabe aqui ressaltar na questão do narcotráfico, que as cidades Tabatinga e Leticia são pontos estratégicos por onde ocorrem as negociações das drogas ilícitas. Tal questão se confirma por meio da fala de um habitante leticiano entrevistado no Documentário *Terras*, de Maya Da-Rin (RJ, 2009) que disse:

“Em Leticia, apesar de haver tanta segurança e tanta lei, todos que querem se esconder vem pra cá. Eu conheço muita gente que está envolvida nisso. De uma forma ou de outra. Uns trabalham nas plantações, outros são os que trazem o dinheiro, outros que transportam, outros que são intermediários. É um negócio muito perigoso, e talvez não tão vantajoso quanto antes, mas segue dando lucro. Então muita gente enche os olhos com isso.”

Nesse depoimento, observa-se que a população fronteiriça vivencia freqüentemente a problemática do narcotráfico e de alguma forma, buscam se adaptar a esse ambiente de insegurança em seu cotidiano.

Portanto, como parte de um contexto estrutural do narcotráfico, a cidade de Leticia passou a se tornar insegura devida os grupos armados irregulares (FARC, ELN e grupos paramilitares) que vivem em conflito armado. A insegurança causada pelo narcotráfico não somente atinge os colombianos, mas produz preocupações quanto ao grau de instabilidade da região de fronteira. Nesse caso, as cidades gêmeas Tabatinga e Leticia enfrentam dificuldades no exercício da soberania territorial e o desenvolvimento do crime organizado transnacional torna-se propício (CONRADO, 2008).

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (2015), o Brasil apoia o processo de paz entre o Governo colombiano e as FARC, atualmente em curso em Havana, e entende que sua conclusão em bom termo constituirá importante avanço político para a região. Como contribuição brasileira efetiva ao processo de paz, está sendo fortalecida a cooperação bilateral prestada pelo Brasil na área de desenvolvimento rural. A questão agrária é um dos principais temas das negociações entre o governo colombiano e as FARC, pois está entre as causas estruturais do conflito (ITAMARATY, 2012).

Recentemente, a Polícia Militar e Polícia Civil do Estado do Amazonas, juntamente com a Força Nacional de Segurança Pública, se reuniram na sede da Polícia Nacional de Colômbia, com o objetivo de planejar ações em conjunto na área de segurança pública nas cidades gêmeas da fronteira Leticia e Tabatinga. Sendo assim, por meio de ações de médio e longo prazo, extinguir as operações clandestinas das FARC e do narcotráfico que geram insegurança população fronteiriça. A iniciativa de combate à criminalidade na fronteira pode ser vista como um grande avanço no

processo de integração regional na fronteira que reflete conseqüentemente nas relações entre o Brasil e a Colômbia. (PORTAL TABATINGA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da Segurança Regional tem gerado no decorrer dos anos muitas convergências entre o Brasil e a Colômbia, mas por outro lado, permitiu novas perspectivas de cooperação fronteiriça. Dentre os últimos anos, as iniciativas de Integração da Infraestrutura Regional Sul- americana (IIRSA)¹⁰ se intensificaram e foram refletidas no processo de integração regional na fronteira entre o Brasil e Colômbia através dos acordos bilaterais anteriormente apresentados (BORGES, 2015).

Por meio de vínculos intergovernamentais, os mecanismos de integração regional passaram a criar mais espaços para outros atores para além dos governos centrais do Estado, isso resultou na legitimidade de autoridades e forças sociais locais dos diferentes âmbitos da fronteira.

As cidades gêmeas fronteiriças Tabatinga e Leticia, apesar da problemática causada pelo narcotráfico, compõem juntas, um crescente pólo regional e têm se mostrado fundamentais na cooperação transfronteiriça entre o Brasil e a Colômbia. Além disso, como previu Ramírez (2009), os espaços de diálogos mútuos vêm sendo reforçados gerando positiva interdependência fronteiriça.

¹⁰ A Integração da Infraestrutura Regional Sul- americana (IIRSA) foi um plano foi criado oficialmente em 2000, durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, com a finalidade de integrar fisicamente a região. A base do planejamento são 10 Eixos de Integração da América do Sul que abrangem faixas geográficas de vários países que concentram ou possuem potencial para desenvolver bons fluxos comerciais, visando formar cadeias produtivas e assim estimular o "desenvolvimento regional". (Fonte: Site Oficial da IIRSA, disponível em: <http://www.iirsa.org/>).

Por fim, é importante ressaltar os objetivos principais desses mecanismos bilaterais que visam à busca pelo desenvolvimento e intercâmbio social na fronteira entre Leticia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil), a facilitação nos processos de acolhimento de refugiados do conflito armado nas autorizações de residência, estudos e trabalho. Assim como, o aprimoramento da cooperação policial conjunta em termos de investigação por meio de intercâmbio de informações.

REFERÊNCIAS

- ABIEDS- Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento Sustentável. **Fronteira Brasil- Colômbia**. Maio de 2011.
- ALMEIDA, P.R; LESSA, A.C; e OLIVEIRA, H.A (coord.). **Integração Regional: uma introdução**. São Paulo: Ed. Saraiva 2013.
- ALVES, C.B. **A integração regional e a dessecuritização da Amazônia**. 2009. 84f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ANZOLA, L. S. **O Plano Colômbia e a economia política da guerra. Política Externa**, vol. 9, n.3. São Paulo/USP/Paz e Terra, dez-jan. 2000/2001.
- ARAÚJO, F.G. B de; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro. 136 p.
- ARIZA, G.E.R. **Geopolítica y Geoestratégia, Liderazgo y Poder: Ensayos**. Universidad Militar Nueva Granada. Primera edición diciembre de 2005.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 1 ed. [2004].
- BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiaí. Paco Editorial, 2013.
- BORGES, F. **Um Balanço das Relações Brasil e Colômbia: desconfianças e convergências**. PAIAGUÁS: revista de estudos sobre a Amazônia e Pacífico , v. 2, p. 90-102, 2015.

BRASIL (2009). **Ata da I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/colombia/comissao-bilateral/ata-da-i-reuniao-da-comissao-bilateral-brasil-colombia>.

BRASIL. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/publicacoes>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

BRASIL. **Câmara dos deputados. Brasília- DF**. Imagens. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/english/chamber-of-deputies-news-agency/imagens/leticia-colombia.jpg/view>. Acesso em Agosto. 2014.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores, Integração regional- MERCOSUL**. Acesso em Novembro de 2015.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION, BBC BRASIL. Publicado em 15 de janeiro, 2002. São Paulo.

BUURSINK, Jan. **The binational reality of border crossing cities**. *Geo Journal* 54: 7–19, 2001.

BUZAN, Barry; HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

BUZAN, Barry. People, states and fear. **An agenda for international security studies in the post-cold war era**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p. (Coleção Américas, coordenação Ana Maria Fernandes).

CASTRO, André Dunhan Maciel Sianes de. **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. Brasília: Tese de Mestrado, Instituto Rio Branco. P. 72-5. CEE - Centro de Estudos Estratégicos. **O Conflito Armado na Colômbia**. Rio de Janeiro: ECEME, 2000.

CERVO, A. **Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas.** Brasília: IBRI, 2001.

CEPIK, M. **A política externa de Lula: desafios do primeiro ano e a questão colombiana.** Mimeo. Documento preparado por solicitação do International Crisis Group (ICG), 2002.

CEPIK, M.; BRANCHER, P.; GRANDA S. **A Colômbia e os desafios para a integração Sul-Americana.** Revista Conjuntura Austral, Vol. 3, nº. 14. Out.Nov. 2012.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **Reterritorialização e identidade territorial.** Sociedade e Natureza. Uberlândia, p. 165-180. 2010.

CEPIK, M; BORBA, P. **Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe.** Cadernos Adenauer XI, nº 4, 2010. P. 77-98. 2010.

COSTA, Wanderley M. **Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o território e o poder.** HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992 p. 115-157. Cap. 4. HAUSHOFER, K.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** 6ª ed. São Paulo, 1997.

COUTINHO, M., HOFFMANN, A. e KFURI, R. **Raio X da Integração Regional. Estudos e Cenários.** Observatório Político Sul-Americano <http://observatorio.iuperj.br>. 2007.

DA-RIN, Maya. **Terras.** Rio de Janeiro. Cine luz, 2009.

DAVID, C. **A guerra e a paz: abordagens contemporâneas de segurança e estratégia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

DORFMAN, A e ROSÉS, G. T. B. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: UFMS, p.195-228, 2005.

DUQUE, M.G. **O papel síntese da Escola de Copenhague nos estudos de Segurança Internacional.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p.459-501, set-dez. 2009.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Agência Brasil. Brasília- DF. **Brasil e Colômbia firmam acordo para ampliar intercâmbio cultural**. Renata Girardi, 2012.

EUZÉBIO, E.F. **A porosidade territorial na fronteira da Amazônia**. Cuadernos de geografia, vol.23, n.1, Bogotá. Jan./june 2014.

EUZÉBIO, Emerson. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de geografia, FFLCH, USP, 2012.

FARC-EP - **Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas-Ejército Del Pueblo**. Disponível em <http://www.farcep.org/>. Acesso em agosto de 2015.

FAULHABER, Priscila. **A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema**. BIB: Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais, v.51, p. 105-126, 2001.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

_____. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2011.

FRANCO, A. In: **Um estadista da República: Afrânio de Mello Franco e Seu tempo**. Rio de Janeiro, 1955.

GADELHA, Regina M.A.F. **Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil**. Revista do Instituto de Estudos Avançados. Vol.16, nº 45. Maio-Agosto de 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

GIANSANTI, Roberto. **Colômbia: a busca da paz e pela estabilidade política**. Revista nova Escola. 2010.

GIRALDI, R. **Brasil e Colômbia firmam acordo para ampliar intercâmbio cultural**. Agência Brasil- EBC. Brasília-DF, 2012.

HAESBAERT, Rogério; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. **Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças**. Geografia, Niterói, v. 5, pp. 45-65, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HERZ, M; HOFFMANN, A. R. **Organizações Internacionais: histórias e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IKENBERRY, J. **La estructuración del orden en las relaciones internacionales**. In: BORJA, A; GONZALES, G; STEVENSON, B. J.R. (Coord.). **Regionalismo y poder en América**. México: CIDE, 1996.

INÁCIO, Cesar Dutra. **Conflito Armado na Colômbia**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 17, 2007. [ISSN 1981-3384].

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Acesso em 17 de junho de 2015.

____ INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade**. Relatório sobre a América Latina, p. 7.

JORNAL SOLIMÕES. Disponível em: <http://solimoesjornal.blogspot.com.br/>. Acesso em novembro de 2015.

KEOHANE, Robert O. **Após Hegemonia: Cooperação e discórdia na economia política mundial**. Princeton University Press. p. 65-84. 1984.

KEOHANE, Robert O; NYE JUNIOR, Joseph S. **Power and independence**. Boston: Scott, Foresman, 1989.

KEOHANE, Robert O; NYE JUNIOR, J. **Interdependencia, cooperación y globalismo**. México: CIDE, 2009.

L. H. Brasil e Colômbia assinam acordo de vigilância nas fronteiras. Revista Época. Julho/ 2001.

MACHADO Lia. **Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. In: SILVEIRA, Maria L. (org.). *Continente em chamadas*.

Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 285-284. 2005.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina L. Pasquariello. **As teorias de integração regional e os Estados subnacionais**. Impulso, Piracicaba; v.13, n.31, p. 47-68. 2002.

MATTOS, S. R. R. *El proceso de securitización y las políticas de defensa de países de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica*. 2013. 191f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Integração) - Universidade Mayor de San Andrés, La Paz, 2013.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e teoria de fronteiras**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1990.

MENA, Sérgio I. Moya. **Las fronteras: espacios de encuentro y cooperación**. San José de Costa Rica: FLASCO, Secretaría General y CAF, 2012.

MEZA, Ricardo Vargas. **Drogas, conflicto armado y seguridad global en Colombia**. In: Nueva Sociedad. Caracas, nº 192, julio-agosto, p. 128.

MENEZES, Alfredo da Mota. PENNA FILHO, Pio. **Integração Regional: os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL (MI). **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. Brasília. 2005.

MONDARDO, M. L. **Conflitos territoriais Guaranis-Kaiowá, paraguaios e “gaúchos”: A produção de novas territorialidades no Mato Grosso do Sul**. Niterói-RJ, 2012. Cap.1. Tese de Doutorado em Geografia. Faculdade de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói- Rio de Janeiro, 2012.

MURPHY, Alexander. 1996. **The sovereign state system as political-territorial ideal: historical and contemporary considerations**: In: BIERSTEKER, Thomas J & WEBER, Cynthia. State Sovereignty as social construct. Cambridge, Cambridge Univ. Press. 1996.

NOGUEIRA, Ricardo J. **Território de fronteira: Brasil- Colômbia**. Inc. VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal. VIII CES, 2004.

_____. **Amazonas: Dinâmica territorial na fronteira Brasil-Colômbia**. Somanlu ano 5, n. 1, jan. /jun. 2005.

OLIVEIRA, José A. **Trilhas e atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX**. In. ALVES, Claudia Lima Esteves. Formação do Espaço Amazônico e relações fronteiriças. Boa Vista: CCSG-UFRR, 1998.

OLIVEIRA, Márcia M. **A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia**. Estudos Avançados 20 (57). P.183–196. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA e MONDARDO. **As Relações Fronteiriças entre Brasil e Colômbia**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 889-895.

OLIVEN, R. G. **Território, fronteiras e identidades**. In: SCHULER, F.; BARCELLOS, M de A. (Org.) Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo. Porto Alegre: Sulina, 2006. P. 157-166.

OROZCO, G. *Securización en tiempos de globalización*. In: GODOY, Horacio J.; ARANA, R. G; RESTREPO, Gabriel (Ed.). Construyendo lo global: aporte al debate de relaciones internacionales. Barranquilla: Universidade del Norte, 2011.

OSPINA, Hernando Calvo. **Os paramilitares e o terrorismo de Estado colombiano**. Le Monde Diplomatique, abril 2003.

PALERMO, Marcos P. **Uma análise histórica do uti possidetis: da Teoria do Estado ao Direito Internacional**. Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito. 2009.

PASTRANA, E. **Evolución y Perspectivas de las Relaciones entre Colombia y Brasil**. Plataforma Democrática: Working Paper nº 14. 2011.

PENNA FILHO, Pio. **A América Latina, sua integração e sua inserção no mundo globalizado**. In: Política Internacional Contemporânea. OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos (Orgs.). São Paulo: Saraiva 2006.

PORTAL BRASIL- CULTURA. **Brasil e Colômbia renovam intercâmbio técnico-cultural**, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

PRADO, Henrique S. de Almeida. **Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do MERCOSUL**. Dourados-MS. Ed. UFGD. 2013. 141p.

_____. **A fronteira e as perspectivas para as Cidades-Gêmeas brasileiras**. In: CUF; Proyecto AL-LAS; Ciudad de México; União Europeia. (Org.). Caderno AL-LAs CUF Cahiers de la coopération décentralisée n 5. 1ed. Paris: Cites Unies France (CUF), 2015, v. 1, p. 253-268.

PRADO, Henrique S. de Almeida; ESPÓSITO NETO, Tomaz (Orgs.). **Fronteiras e Relações internacionais**. 1. Ed. Curitiba: Editora Ithala, 2015. V. 1. 288p.

RAMOS, Diogo Coelho. **O Conflito Armado Colombiano: um Breve Olhar sobre Causas, Desenvolvimentos e Impactos Atuais**. Blog GAPCon- Grupo de Análise e Prevenção de Conflitos Internacionais. Outubro 2008.

RAMÍREZ, S. **A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança**. Revista Nueva Sociedad especial em português, dezembro de 2009, ISSN: 0251-3352, <www.nuso.org>.

RESTREPO, F. C. A. **La Nueva Seguridad Hemisférica, Ensayos de Seguridad y Democracia**. Bogotá. 2004.

REZENDE, Tadeu V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de Doutorado. Departamentos de História Econômica, FFLCH, USP, 2006.

RIPPEL, M. P. **O plano colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências.** Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval, 2004.

RODRIGUEZ, M.U. **Lutas políticas e sociais no quadro institucional e Luta armada na Colômbia.** Intervenção no *Colóquio A Guerra e a Paz entre as Nações*. Vila Nova de Famalicão, 2008.

RUDZIT, G. **O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?** Civitas, Porto Alegre, v.5, n.2, p.297-323, 2005.

SADECK, Bruno; LOSADA, Paula Ravanelli. **O papel da fronteira na integração regional: o caso do consórcio intermunicipal da fronteira.** Editora Ithala. Curitiba. 2005. P.37-53.

SANTOS, Theotônio dos (coord.) **Globalização e regionalização.** Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2004.

SILVA, Luis Paulo Batista da. **A geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suárez (Bolívia): interações espaciais na zona de fronteira Brasil – Bolívia.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2012.

SMITH, Dan. **Atlas dos conflitos mundiais**, p. 102-103.

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).** P. 53-59. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2002.

VARGAS, Gloria M. **Território e poder: a formação socioespacial colombiana.** Tese de Doutorado. Departamentos de Geografia, FFLCH, USP, 1999.

VILLA, R.D; OSTOS, M.D.P. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.** Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 86-110. 2005.

WALTZ, Keneth N. *Theory of Internacional Politics*. Nova York: Random House, 1979.

WIESENBRON, Marianne; GRIFFITHS, Richard. **Processos de Integração Regional e Cooperação Internacional desde 1989.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.